

## Possíveis aproximações entre Antropologia Simbólica de Clifford Geertz e a Terapia de Aceitação e Compromisso

### Possible approximations between Clifford Geertz's Symbolic Anthropology and Acceptance and Commitment Therapy

Miguel Abdala<sup>1</sup>, Bruno Teixeira Silva<sup>1</sup>, João Gustavo Chaves Maia<sup>2</sup>, Vanessa Amarante de Souza<sup>2</sup>, Ingrid Gomes Queiroz<sup>2</sup>

[1] Universidade Estadual de Londrina [2] Universidade Federal do Ceará | **Título abreviado:** Diálogos entre Antropologia Simbólica e ACT | **Endereço para correspondência:** Coronel Linhares 1590, apto 902 (Fortaleza-CE) | **Email:** abdalamaciel26@hotmail.com | **doi:** doi.org/10.18761/vecc0161122

**Resumo:** Clifford Geertz (1926-2006) foi um influente antropólogo e fundador da Antropologia Simbólica, vertente das Ciências Sociais que preconiza questões simbólicas para o entendimento de questões culturais. Em contrapartida, com base na Análise do Comportamento, surge a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), desenvolvendo intervenções e pesquisas enfatizando cognição e comportamento simbólico. O presente trabalho objetiva apresentar a noção de cultura da Antropologia Simbólica e como ela poderia contribuir com a ACT, integrando a compreensão de comportamento simbólico enquanto inerente as relações culturais. Para isso, foi utilizado o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto como ferramenta de descrição dos principais conceitos e críticas de Geertz em sua obra “*A interpretação das culturas*”, buscando-se discutir esses achados a partir das concepções da ACT. Encontrou-se que entender cultura enquanto redes de símbolos possibilitaria intervir em questões estruturais, como racismo, de maneira congruente com o que já se discute na ACT, produzindo uma compreensão desses fenômenos de forma mais contextualizada. Como exemplo, foi apresentado uma amálgama como estudo de caso para descrever essa proposta de intervenções culturais na clínica. Assim, algumas compatibilidades foram encontradas entre as teorias, permitindo um diálogo inicial que produza avanços, em ambas as áreas, com o desenvolvimento de novos trabalhos.

**Palavras-chave:** Terapia de Aceitação e Compromisso, Antropologia, símbolos, terapia comportamental.

**Abstract:** Clifford Geertz (1926-2006) was an influential anthropologist and founder of Symbolic Anthropology. This strand of the Social Sciences addresses cultural issues through the understanding of symbolic issues. On the other hand, based on Behavior Analysis, Acceptance and Commitment Therapy (ACT) arises, developing intervention and research emphasizing cognition and symbolic behavior. This article aims to present Symbolic Anthropology's notion of culture, and how it could contribute to ACT by integrating the comprehension of symbolic behavior as inherent to cultural relations. For this, the Conceptual Text Interpretation Procedure was used to describe Geertz's main concepts and critics present in his work *The Interpretation of Cultures*, seeking to discuss these findings from the ACT conceptions. We found that understanding culture as a web of symbols would enable to intervene in structural issues, such as racism, in a way that is congruent with what is already being discussed in ACT, producing a more contextualized understanding of these phenomena. As an example, a fictitious case study was presented to describe this proposal for understanding cultural interventions in clinical settings. Thus, some compatibility between both theories were found, allowing an initial dialogue that could produce advances in both areas through the development of new works.

**Keywords:** Acceptance and Commitment Therapy, Anthropology, symbols, behavioral therapy.

Questões sociais e culturais despertam a atenção dos teóricos e estudiosos da abordagem comportamental há várias décadas (Holland, 1974, 1978; Skinner, 1971, 1978). Contudo, o estudo da relação comportamental dos humanos com as linguagens e significados de sua cultura ainda permanece com um potencial inexplorado (Dougher et al., 2014). A falta de um referencial teórico que possibilite uma melhor elaboração de experimentos sobre o fenômeno semiótico é uma barreira para que pesquisadores comportamentais possam mergulhar no tema.

Uma vertente das ciências sociais que se debruça sobre essas questões é a Antropologia Simbólica. Esta corresponde a uma iniciativa oriunda da Universidade de Chicago nos anos 1960, sob a liderança de David M. Schneider (1918-1985) e Clifford Geertz (1926-2006), também conhecida como Antropologia Hermenêutica ou Interpretativa (Fischer, 1984). Mais especificamente, Geertz, principal representante dessa corrente da disciplina antropológica, foi um dos antropólogos mais influentes do século XX, marcando uma reviravolta nas Ciências Sociais e nas suas fronteiras com as Ciências Humanas (Mustafa & Gaffikin, 2010; White, 2007).

A vertente de Geertz propõe uma compreensão semiótica de cultura, influenciada por Max Weber. Para o autor, cultura seria então constituída de “mecanismos simbólicos que interagem com o comportamento” (Geertz, 1973/2005, p. 37). Discute-se, assim, sobre um contexto eminentemente público que se relaciona com um sujeito, compondo uma série de ações humanas, sendo um ingrediente dessas capacidades, não apenas um suplemento a essas.

Essa compreensão de cultura parece congruente com as noções amplamente discutidas na Antropologia, que enfatizam o estudo dos símbolos e seu correlato com os significados (Cucho, 1999). De fato, não existe um consenso sobre o conceito de cultura nas Ciências Sociais, havendo definições diversas a depender da vertente antropológica que trabalha sobre o tema (Laraia, 1986/2001). Porém, de acordo com Pagnotta (2012), seria possível delimitar alguns pontos comumente ressaltados nas conceituações de cultura, como (a) o aspecto simbólico presente no comportamento humano, (b) as questões correlatas sobre significado e (c) a neces-

sidade da aprendizagem cultural. Nesse sentido, a ênfase de Geertz sobre o estudo dos símbolos para compreensão do fenômeno cultural está inserida nos debates das Ciências Sociais e, assim, o diálogo com a Antropologia Simbólica possibilitaria um debate com essas áreas do conhecimento.

Os símbolos são objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, como as Ciências da Linguagem (e.g., Linguística, Lógica, Semiótica e Filosofia da Linguagem), Psicologia e Antropologia. Quando se confere significado a um elemento a partir de uma relação de referência, este signo torna-se um símbolo. Nesse sentido, o signo seria uma entidade linguística que representa eventos e objetos no mundo (i.e., seus referentes) tornando-se um símbolo na medida em que pode substituir o objeto (ou evento) representado por ele (Rocca, 2012). Por exemplo, a palavra “livro” relaciona-se com certos objetos no mundo, assim, apresenta a possibilidade de representar ou substituir esses objetos em determinados contextos.

Na obra de Geertz (1973/2005), símbolos podem ser definidos como atos ou objetos em que se concebem informações. A descrição e estudo desses símbolos seria o foco de análise para o estudo da cultura. Esses símbolos dispostos em rede controlariam o comportamento, formando assim o que se entende por uma cultura.

Em paralelo às discussões da Antropologia, outra área que desenvolve reflexões sobre o conceito de cultura é a Análise do Comportamento (Skinner, 1953/2003). Dentro dessa área também é difícil encontrar uma compreensão consensual, podendo-se dividir o estudo desse fenômeno em pelo menos duas linhas: a) as definições que o entendem como um conjunto de comportamentos, respostas ou práticas (Andery, 2011; Baum, 2017; de Rose, 2016) ou b) as que o analisam enquanto variáveis ambientais (Fernandes et al., 2017; Leugi, 2012; Melo & de Rose, 2013). Assim, enquanto uma ciência que compreende como objeto de estudo o comportamento, essas vertentes explicitam as propostas de estudar a cultura enquanto variável dependente ou variável independente (Andery, 2011).

Apesar dessas variações de compreensão, não se estabelece nessas definições uma ênfase no conceito de símbolo, apesar do reconhecimento de sua importância para a explicação do fenômeno cultural

(de Rose, 2016). Entretanto, outras áreas da Análise do Comportamento, distintas das que enfatizam o estudo de fenômenos socioculturais, debruçam-se para o estudo sistemático dos símbolos, como observa-se na área da Equivalência de Estímulos (Sidman, 1994).

Nessa perspectiva de estudo, um símbolo seria um estímulo que participa de uma relação de equivalência com outros estímulos fisicamente diferentes, tornando-se assim, em alguns contextos, um substituto destes outros estímulos, sendo tratado como se fosse o estímulo que ele simboliza (de Rose, 2016). Evidentemente, um símbolo não substitui completamente o estímulo com o qual se relaciona. Por exemplo, não nos relacionamos com um carro da mesma forma que com a palavra escrita “carro”, mas torna-se possível especificar o referente de uma palavra (ou outro estímulo) com seus símbolos a partir dessa explicação comportamental (Sidman, 1994).

No começo da década de 1980, Sidman e Tailby (1982), com base nos princípios analítico-comportamentais, propuseram o paradigma da Equivalência de Estímulos. Esse paradigma operacionaliza o funcionamento do comportamento simbólico sem distinguir do modelo de comportamento operante proposto por Skinner (1953/2003). Segundo Sidman e Tailby (1982), respostas derivadas não-treinadas diretamente podem emergir após organismos terem realizado treinos de discriminação condicional.

O paradigma analítico-comportamental compreende o papel do estímulo (antecedente ou consequente) sobre as respostas de um organismo (Skinner, 1938, 1953/2003, 1981). Nesse caso, os estímulos discriminativos estabelecem a ocasião em que as respostas promovem consequências historicamente reforçadas diferencialmente, sendo a “discriminação” a unidade básica do controle de estímulos (Shahan & Chase, 2002). Quando ocorre o controle do responder por um estímulo discriminativo, diz-se que há controle de estímulos (Catania, 2007). No comportamento operante, a relação entre o estímulo e a resposta define conceitos como treino discriminativo, observação e generalização de estímulos (Dinsmoor, 1995).

Com base nos dados produzidos pela área da Equivalência de Estímulos e pela área da

Governança Verbal, fundamenta-se a Teoria das Molduras Relacionais (RFT; Hayes et al., 2001). Os primeiros estudos em RFT sugerem como o estabelecimento de diferentes tipos de relações arbitrarias adquirem propriedades funcionais. Segundo Hayes et al. (2001), aprendemos a relacionar estímulos arbitrários como equivalentes ou iguais aos estímulos diretamente treinados. O operante desse relacionar relações arbitrarias é denominado de responder relacional arbitrariamente aplicado (RRAA).

Ademais, o paradigma da equivalência de estímulos indica ainda que dessas relações arbitrarias, destacadas pela área da RFT, pode-se derivar outros tipos de relações de equivalência (ou coordenação). Essas relações podem ser do tipo: “oposição”, “diferença”, “comparação”, “hierarquia”, “espacial”, “temporal”, “causalidade” e “relações dêiticas” (Sidman, 1994; ver também Perez et al., 2013).

Fundamentada por essa noção pós-skinneriana e pela Ciência Comportamental Contextual surge a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) (Hayes et al., 1999). A ACT é um modelo de terapia que aponta que o sofrimento humano (psicopatologias e afins) é ocasionado pela Inflexibilidade Psicológica, que costuma ser didaticamente dividida em outros seis processos, que ocorrem de modo inter-relacionados e interdependentes.

Esses seis processos estão diretamente relacionados com comportamentos verbais e simbólicos dos sujeitos (Vilatte et al., 2015) e são denominados como: “esquiva experiencial”, “fusão cognitiva”, “*self* como conteúdo”, “atenção inflexível com o momento presente”, “falta de clareza de valores” e a “ação descomprometida com tais valores”.

Dessa forma, fica evidente que, para a prática clínica, o terapeuta está atuando com base no relato do cliente, relato formado por símbolos e significados culturalmente selecionados. Porém, na literatura da Análise do Comportamento, questões socioculturais não são costumeiramente tratadas como questões simbólicas (salvo exceções, e.g., De Rose, 2016).

Há prejuízos também advindos da falta de diálogo com outras áreas do conhecimento que também têm a cultura como objeto de estudo (de Souza Silva et al., 2022). De acordo com Andery (2011), “há que buscar na Antropologia, na Sociologia, na História e em outras Ciências Sociais e Biológicas aqueles sis-

temas e aqueles conjuntos de dados que auxiliam o analista do comportamento a contatar e interpretar os fenômenos sociais ou culturais” (p. 208).

Enquanto analistas do comportamento, ao tentar “iniciar do zero” o conhecimento científico a respeito de um tema, perde-se toda a riqueza de informações já acumuladas ao longo do tempo por outras áreas, além de acabar por não expandir o conhecimento para além da comunidade analítico-comportamental, limitando a evolução do processo teórico-científico e os seus benefícios para a prática.

Uma aproximação com a Antropologia, ao falar de cultura, permite a reflexão sobre como os fatores socioculturais contribuem para a origem do sofrimento psicológico e da inflexibilidade psicológica, bem como a forma como esse sofrimento é descrito, percebido e vivido.

Tradicionalmente, a Análise do Comportamento entende a cultura enquanto conjunto de contingências sociais (Fernandes et al., 2017), apresentando uma compreensão mais ampla do que costuma-se discutir na Antropologia Simbólica. Compreender a cultura enfatizando os símbolos possibilita intervenções mais específicas sobre questões estruturais, como o racismo (Mizael & de Rose, 2017).

## Objetivo

O presente trabalho objetiva apresentar a noção de cultura da Antropologia Simbólica e como essa perspectiva pode contribuir com a Terapia de Aceitação e Compromisso, integrando a compreensão de comportamento simbólico enquanto inerente às relações culturais. Nesse sentido, questões simbólicas presentes na clínica poderiam ser melhor compreendidas em um contexto sociocultural.

## Método

No que tange à análise da teoria de Geertz, teve-se como referência as produções “*Ritual and social change: A Javanese example*” (1957) e “*Blurred genres: The refiguration of social thought*” (1980). Utilizou-se também a obra “*Interpretação das Culturas*” (1973/2005) como a principal referência, pois ela define os conceitos centrais do seu método

interpretativo e apresenta exemplos da sua compreensão de cultura, sendo um dos principais marcos de sua produção e descrevendo de forma mais abrangente sua teoria hermenêutica.

Aplicou-se o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) (Laurenti & Lopes, 2016) para a descrição das principais teses, conceitos e críticas de Geertz, mais especificamente na sua obra de 1973/2005, além de leituras complementares. Assim, chegou-se ao acordo de duas categorias a serem analisadas para este trabalho: a noção de cultura e os conceitos de símbolos e significados.

## Antropologia Simbólica de Geertz

Para Geertz (1973/2005), o conceito de cultura é semiótico, ou seja, baseia-se no estudo de signos e significados. Cultura seria, então, “um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento” (Geertz, 1973/2005, p. 37). Dessa forma, a cultura seria extrasomática, exterior ao organismo, interagindo relacionalmente com seu comportamento. Nesse sentido, estamos falando de um contexto, eminentemente público, que se relaciona com um organismo, compondo uma série de ações humanas. Porém, a cultura não seria apenas um suplemento a essas capacidades, mas um ingrediente delas. Geertz (1973/2005) busca analisar a cultura a partir das relações que as pessoas estabelecem entre eventos na sua vida cotidiana, olhando para as situações como um todo a partir das quais não encontraremos verdades universais ou definitivas sobre a cultura em questão, mas um campo de interpretações possíveis para as relações estabelecidas pelos indivíduos. Uma descrição que permita a construção de significados.

Por exemplo, a noção de mente, para Geertz, é compreendida como “capacidades e propensões, suas disposições de executar certos tipos de ações e produzir certas espécies de produtos” (Geertz, 1973/2005, p. 44), assim, mente não seria um construto não-físico, mas compreendida em termos de comportamentos. Ou seja, os recursos culturais não são apenas suplementares à atividade mental, mas fazem parte dela. E, da mesma forma, o pensar e a mente seriam compostos em parte pela cultura,

mas uma parte tão basilar que, sem cultura, não seria possível conceber a mente. A necessidade de estudar a evolução da mente justifica-se em “reconstituir o desenvolvimento de certas espécies de habilidades, capacidades, tendências e propensões nos organismos e delinear os fatores ou tipos de fatores dos quais depende a existência de tais características” (Geertz, 1973/2005, p. 60).

Nessa mesma lógica, o pensar não seria um ato metafísico, mas a combinação entre modelos simbólicos e outras parcelas do ambiente. Pensamento seria “um ato aberto conduzido em termos de materiais objetivos da cultura comum, e só secundariamente um assunto privado” (Geertz, 1973/2005, p. 60). Há uma ligação entre o conceito de “pensamento” e o conceito de “símbolos”, pois, sendo cultura uma rede de símbolos, o pensar seria a combinação desses com outras variáveis, ou seja, a interação com a cultura. Por isso, são conceitos fundamentais na nossa análise e que se relacionam entre si para o entendimento da teoria em questão.

Para Geertz (1973/2005), símbolo é definido como “qualquer ato ou objeto físico, social ou cultural que serve como veículo para a concepção” (p. 117). Assim, um símbolo acontece quando alguma coisa ou algo que você faz tem um sentido em um dado contexto. Por exemplo, quando algo encosta no nosso olho eliciando uma resposta de “pisca-dela” não seria essa uma questão cultural/simbólica, porém, quando há um terceiro no contexto e fechamos um dos olhos sinalizando que estamos brincando, esse ato torna-se a manifestação de um símbolo, pois adicionou-se concepção a ele (Geertz, 1973/2005).

Não há uma natureza intrínseca nos símbolos, esses são públicos e se constituem a partir das relações sociais, variando entre casos e grupos. Símbolos são, então, fontes extrínsecas de informação, construídos a partir da história, mantidos pelo social e aplicados na individualidade (Geertz, 1973/2005).

Baseado principalmente nos conceitos de cultura e símbolos, o autor desenvolve como aplicar o seu método interpretativo, pois diante da qualidade fundamentalmente pública da cultura e sua concepção como uma rede de símbolos, um pesquisador é capaz de aplicar um método para estudá-la. No caso do método interpretativo, o conhecimento an-

tropológico deve surgir da busca e análise de símbolos, sendo o fundamento da etnografia a elaboração de uma descrição densa (Geertz, 1973/2005).

## ACT e relações simbólicas

Em seus primeiros ensaios sobre a ACT, Hayes (Hayes, 1980; Hayes et al., 1999; Kohlenberg et al., 1993) esboça alguns dos princípios norteadores deste modelo de terapia. Entre eles está a compreensão de como os sujeitos se relacionam com as suas experiências. Uma tentativa de ampliar tal compreensão das terapias analíticas-comportamentais da época (sobretudo em relação à modificação do comportamento e à Análise do Comportamento Aplicada) estava na forma de como esse modelo clínico indicava a relevância do terapeuta entender como o sujeito se relaciona com seus “conteúdos mentais” (Hayes et al., 1999).

Posterior ao desenvolvimento dessa terapia, Hayes pressupõe um modelo de análise das funções dos comportamentos apresentados pelos indivíduos, relacionado diretamente com os seus sofrimentos psicológicos: o *Hexaflex* (Wilson et al., 2012). Esse modelo foi construído na tentativa de sistematizar e clarificar os processos psicológicos que favorecem a saúde ou o sofrimento humano.

É válido destacar que os processos que compõem o *Hexaflex* são processos verbais e, por isso, eles não são problemáticos a priori (Barros, 2003; Skinner, 1957/1978). Como todo e qualquer comportamento, entende-se que eles foram e são relevantes para a sobrevivência da espécie e do sujeito, porém, a depender do contexto em que tais respostas são emitidas, podem produzir sofrimento (Wilson et al., 2012). Como exemplo, respostas de esquiva não são problemáticas por si só, mas podem gerar sofrimento quando estão em desacordo com os valores do sujeito.

A contraparte da “Inflexibilidade Psicológica” é a “Flexibilidade Psicológica”, e promover essa flexibilidade está dentre os principais objetivos da ACT. Dentre os processos do *Hexaflex* que envolvem a “Flexibilidade Psicológica” estão a “aceitação”, a “defusão cognitiva”, a “atenção flexível/contato com o momento presente”, o “*self* como contexto”, a “clareza de valores” e a “ação comprometida com

esses valores”. Já dentre os processos do *Hexaflex* que envolvem a “Inflexibilidade Psicológica” estão a “esquiva experiencial”, a “fusão cognitiva”, a “atenção inflexível/falta de contato com o momento presente”, o “*self* como conteúdo”, a “falta de clareza de valores”, e a “ação descomprometida com os valores” (Barbosa & Murta, 2014; Wilson et al., 2012).

A ACT, fundamentada pelo Contextualismo Funcional, não pretende se afastar dos pressupostos experimentais da Análise do Comportamento, nem mesmo assumir uma postura mentalista ao se ater aos “conteúdos mentais” dos sujeitos. Pelo contrário, esse modelo de terapia propõe ampliar/agregar a área a partir de dados experimentais sobre linguagem, cognição, comportamento verbal e comportamento governado por regras (Hayes, 1980; Wilson et al., 2012).

O desenvolver da teoria analítico-comportamental pode nos ajudar a compreender a noção de símbolos e como eles se relacionam com o comportamento. A partir dos estudos da área de Equivalência de Estímulos e da RFT, compreende-se que um símbolo é um estímulo arbitrário que se relaciona equivalentemente (ou em coordenação) com outros estímulos, que também são arbitrários, mas que possuem similaridades físicas, semânticas ou funcionais. Esses símbolos (estímulos), por característica, adquirem propriedades funcionais semelhantes às dos estímulos originários (de Rose, 2016; de Rose & Bortoloti, 2007; Sidman & Tailby, 1982).

Tais informações indicam que organismos podem discriminar estímulos arbitrários que simbolizam outros estímulos, e a relação com esses outros estímulos pode indicar uma relação similar ao estímulo originário, sem necessariamente o sujeito entrar ou estar em contato diretamente com eles (de Rose, 2016; de Rose & Bortoloti, 2007; Sidman & Tailby, 1982).

Para a ACT, compreender esses processos comportamentais faz-se necessário para entender como o cliente se relaciona com esses conjuntos de símbolos no momento presente (com base na linguagem). Assim como, também, entender como ele aprendeu a se relacionar com esses conjuntos de símbolos no decorrer de sua história de vida (Barbosa & Murta, 2014; Hayes et al., 1996; Hayes, 2004; Hayes et al., 2006)

## Uma cultura comportamental semiótica

A escassez de diálogo com outros campos de estudo que têm a cultura como um de seus objetos principais de investigação (por exemplo: antropologia e sociologia) pode limitar as possibilidades de estudo. Isso porque limita o alcance dos resultados em uma comunidade mais ampla e aumenta o risco de perder contribuições importantes advindas de campos que se dedicam há mais tempo ao tema.

Pode-se destacar pesquisas e trabalhos recentes da Análise do Comportamento voltados para questões culturais que apresentam desafios à nossa sociedade, tais como: homofobia (Fazzano, 2014; Mizael, 2018), racismo (de Souza Silva et al., 2022; Mizael, 2019; Mizael & de Rose, 2017), questões de gênero (Couto & Dittrich, 2017; de Carvalho Freitas & de Moraes, 2019; Laurenti et al., 2019; Pontes et al., 2022), o que demonstra o interesse dos pesquisadores da área por aprofundar os estudos em temas que implicam o indivíduo (ainda sendo o objeto de estudo) como membro participante de um contexto social e todas as interações e consequências decorrentes disso.

A RFT vem apresentando-se como um modelo robusto para explicar a linguagem dentro de uma perspectiva comportamental, com bons resultados tanto na elaboração de experimentos, quanto na prática clínica através da ACT (Perez et al., 2013). Assim, uma aproximação teórica com os princípios da Antropologia Simbólica de Geertz não é apenas possível, como também apresenta possibilidades de diálogo com estudos para além da Psicologia.

Na base dessa tentativa de aproximação, encontra-se uma possibilidade de diálogos entre o contextualismo funcional e a concepção de cultura da Antropologia Simbólica. Compreendendo o comportamento como um ato dentro de um contexto (*act-in-context*) (Hayes et al., 1999), o Contextualismo Funcional também está interessado na busca de interpretações para o evento como um todo através da busca de relações entre as ações individuais e o contexto em que os indivíduos vivem. Tanto o Contextualismo Funcional quanto a Antropologia Simbólica afastam-se de explicações estruturalistas sobre como as pessoas se relacio-

nam com a cultura da qual participam (Geertz, 1973/2005; Hayes et al., 1999).

Parece evidente que o método da ACT atua de forma bastante similar e com objetivos parecidos à descrição da Antropologia, tendo um objeto de estudo diferente: descrever a relação entre as ações do sujeito dentro de um contexto histórico-cultural, bem como as consequências dessas ações, no intuito de elaborar os significados dessas variáveis para a história de vida da pessoa.

Esse diálogo com o método da Antropologia Simbólica pode fornecer mais possibilidades ao cientista do comportamento e ao profissional clínico para expandir sua análise às questões que envolvem a relação do indivíduo com as práticas e normas de conduta da sociedade da qual faz parte. Além de melhor compreender como os aspectos culturais influenciam os processos psicológicos podendo contribuir para a intensificação da Inflexibilidade Psicológica.

A aproximação teórica com o modelo de Geertz oferece aos estudiosos da ACT a possibilidade de uma ponte entre nossas pesquisas em laboratório, os debates teóricos mais amplos na Antropologia e Sociologia e a atuação na clínica, propiciando uma visão mais abrangente do fenômeno humano e, espera-se, uma capacidade maior do psicólogo de atuar diante do sofrimento vivenciado pelo cliente.

## Compreensão de fenômenos culturais na clínica sob essa nova perspectiva

À primeira vista, a prática do psicólogo clínico apresenta uma tarefa mais ampla, ainda que a nível individual, do que a que se espera de uma etnografia: cabe ao psicólogo clínico intervir para promover mudanças que permitam ao cliente lidar de maneira mais satisfatória com o sofrimento e as imprevisibilidades da vida.

A descrição de relações entre eventos é um objetivo que pode não ser suficiente para a prática clínica, mas tanto psicólogos clínicos como antropólogos partem do mesmo ponto de partida nas suas investigações: do relato que o próprio sujeito traz de seu cotidiano, seus hábitos, suas relações e das equivalências simbólicas que permeiam sua vida, esteja ele inteiramente consciente delas ou não.

Como apontado por Hayes et al. (1999), um dos objetivos da ACT é ajudar o cliente a se desvincular dos processos de identificação excessiva (fusão) com os próprios pensamentos e com uma definição limitante do próprio *self*, que se desenvolvem a partir tanto de experiências individuais, quanto pelos significados atribuídos pela sociedade a qual esse indivíduo pertence.

A partir daí podemos avaliar as possibilidades que uma perspectiva interpretativa de cultura baseada na antropologia simbólica pode oferecer ao trabalho do psicólogo. Destacamos aqui três vantagens principais para a prática clínica: (a) uma ênfase maior na importância de fatores socioculturais para os processos de inflexibilidade psicológica, (b) considerar o papel das possíveis diferenças culturais entre terapeuta e cliente e (c) a noção do processo terapêutico como um esforço conjunto de construção de novos significados.

Como já apontado anteriormente, há um interesse crescente dos cientistas comportamentais por questões sociais. Uma aproximação com a Antropologia nesse ponto permite pensar como os fatores socioculturais contribuem para a origem do sofrimento psicológico, bem como torna os profissionais da Psicologia mais atentos a como tais fatores influenciam na forma como esse sofrimento é descrito, percebido e vivido.

Essa postura de maior sensibilidade e atenção à dinâmica do cliente com os símbolos derivados da cultura não deve ter como objetivo generalizar os casos a partir de questões socioculturais, mas ao contrário, destacar a singularidade de cada caso ao oferecer a possibilidade de um quadro mais amplo que o de um diagnóstico ou uma queixa individual.

O segundo ponto, que deriva do primeiro, é o reconhecimento de que o terapeuta não é culturalmente neutro. Ele também está imerso em uma teia de símbolos e significados que pode não ser exatamente a mesma de seu cliente, sobretudo em um país extenso e heterogêneo como o Brasil. Essas possíveis diferenças, quando não reconhecidas e abordadas no processo terapêutico, podem levar a incompreensões e dificuldades de vinculação entre terapeuta e cliente, ameaçando a própria continuidade do processo terapêutico.

Mas tal “estranheza” não precisa ser vista necessariamente como um problema a ser superado.



Reconhecer tais diferenças culturais pode ser uma ferramenta valiosa no processo de desfusão cognitiva e formulação de valores, podendo ser abordada diretamente na terapia em conjunto com as técnicas já consolidadas na prática da ACT.

O que leva ao último destaque: a terapia como um esforço conjunto de construção de significados. Isso não é exatamente uma novidade para os terapeutas ACT, mas acredita-se ser útil destacá-lo em sua perspectiva simbólica, aproximando a visão antropológica de Geertz de elaboração de interpretações para a prática clínica.

Pode-se enxergar o trabalho do psicólogo clínico como auxiliando o cliente a elaborar interpretações sobre a própria vida, interpretações essas que interpretações que se baseiam não somente nos símbolos estabelecidos pela cultura, mas também naqueles que façam sentido à luz dos valores que norteiam a vida do cliente

## Discussão de uma amálgama

No *setting* terapêutico, técnicas descontextualizadas da história de vida do cliente não são suficientes, pois precisariam partir de uma perspectiva de subjetividade universal (Ferreira et al., 2019). A compreensão dos fenômenos culturais e como eles se relacionam com as demandas individuais é fundamental para um processo de atendimento efetivo. As repercussões do racismo, por exemplo, podem ser encontradas de diversas maneiras no espaço clínico e requerem um olhar ainda mais refinado quando articuladas a outras formas de opressão, como questões de classe e gênero. Para ilustrar uma dessas possibilidades, com base nas experiências clínicas dos autores deste trabalho, construiu-se a amálgama a seguir. Para o exemplo, considera-se aqui uma mulher cis negra de 25 anos, moradora de uma periferia de uma capital do Brasil.

Terapeuta: E qual seria sua principal queixa?

Cliente: Me sinto muito solitária e cada vez mais acredito que eu não nasci ‘pra’ namorar.

T: Você poderia me explicar melhor por que acha isso?

C: Eu já me envolvi com várias pessoas, mas geralmente não se desenrola ‘pra’ algo mais sério.

T: E você acha que o problema é com você?

C: Acho, porque todas as minhas amigas já namoraram e eu sigo nesse ciclo.

T: Você percebe alguma coisa diferente entre vocês?

C: Não, a gente tem muitas coisas em comum, mas acho que elas são mais bonitas.

T: O que te faz pensar que elas são mais bonitas?

C: Ah... elas são bem aquele perfil ‘barbiezinha’, sabe? O cabelo liso, os traços finos, magras, bem “modelo”! Algumas têm até olhos claros... aí eu até entendo, né? (risos)

A partir do conceito de comportamento apresentado ao longo do texto, isto é, enquanto produto histórico-cultural, uma intervenção clínica de qualidade deve reconhecer o papel dos mecanismos simbólicos envolvidos no contexto em questão. Defende-se aqui que uma proposta que não compreenda a construção desses mecanismos e o juízo de valor atribuído a eles é insuficiente.

Considerando o contexto histórico da construção da sociedade brasileira, cujo imaginário social foi baseado em uma perspectiva de hierarquização racial que resultou em longos anos de escravidão e exploração das populações não brancas (Almeida, 2021), é muito relevante ter a temática do racismo como peça fundamental para produção de conhecimento em saúde mental no Brasil. Devulsky (2021), em seu trabalho sobre colorismo, afirma que no período pós-abolicionismo não houve projetos políticos que visassem a garantia de suporte para a reinserção social das pessoas negras. Pelo contrário, adotou-se uma política cultural de embranquecimento, que tinha como objetivo principal diluir aspectos da negritude a fim de apagá-la por completo através da miscigenação. Nesse sentido, a pessoa branca se mantinha em um lugar de “ideal a ser alcançado”, sendo o relacionamento com pessoas brancas um passe para a inserção e ascensão social (Devulsky, 2021).

Waelde et al. (2010) apresentam diferentes evidências e dados psicométricos que indicam o impacto do racismo na saúde física e mental de populações não brancas. De acordo com o trabalho, existe uma relação direta entre discriminação racial e ansiedade, depressão, problemas interpessoais, dentre outras implicações de saúde mental. Mesmo diante desse cenário, e sendo o Brasil formado

majoritariamente por pessoas negras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015), Tavares e Kuratani (2019) apontam uma escassez na produção e sistematização de compreensões e práticas para a atuação clínica com essa população. A tese de Gouveia (2018) também denuncia o alheamento da Psicologia diante desse cenário, em especial, a Psicologia Clínica, visto que o conteúdo existente sobre o tema é majoritariamente conduzido por estudiosos da Psicologia Social.

À vista disso, e retomando o exemplo clínico descrito, tendo como base uma perspectiva de análise comportamental semiótica, pode-se afirmar que o processo de “*self*-conceitualizado” apresentado pela cliente (“eu não sou para namorar”) relaciona-se aos significados atribuídos a determinados aspectos da negritude. Mizael et al. (2021) debruçam-se sobre a articulação entre raça e gênero em sua revisão de literatura sobre a solidão da mulher negra. As autoras defendem que esse fenômeno, caracterizado pela “ausência de afeto e companhia proveniente de relações afetivas, principalmente em relações afetivo-sexuais . . . está intimamente relacionado aos efeitos de uma cultura racista e machista” (Mizael et al., 2021, p. 235).

Durante o período de escravidão, as mulheres negras eram abusadas pelos seus senhores com a justificativa de terem corpos demasiado sexuais. Desde então, às mulheres negras foi atribuído um aspecto simbólico de erotização que se mantém até os dias de hoje (Pacheco, 2008). Um exemplo disso é a figura da “globeleza”, um dos importantes símbolos do carnaval no Brasil representado por mulheres negras nuas ou seminuas se apresentando de forma sensualizada na TV aberta (Dandolini & Ruiz, 2020). Foi também essa mesma perspectiva que embasou ditados antigos fortemente disseminados que atrelavam a mulher negra ao lugar de servidão ou de desejo físico e a mulher branca ao lugar de pureza, delicadeza e cuidado (Mizael et al., 2021).

Nesse sentido, o resgate histórico do lugar social ocupado pela mulher negra ao longo dos anos indica a relação de referência entre seus corpos e o lugar de preterimento nas relações românticas presente na fala da paciente. Entender tal simbologia, identificando o papel cultural do racismo na produção de sofrimento, permite um processo de desfusão mais contextualizado, direto e efetivo,

com estratégias que realmente façam sentido para a pessoa com a qual se está trabalhando. Além disso, adotar uma perspectiva contextualizada e não individualizante é também uma forma de não contribuir para a manutenção dessa violência (Tavares & Kuratani, 2019).

Dessa forma, reforça-se a necessidade já pontuada por Tavares e Kuratani (2019) de uma maior sensibilidade e competência cultural entre os psicólogos. O diálogo entre Psicologia Clínica e a Antropologia Simbólica seria um caminho para tal diligência, contribuindo, assim, para a construção de uma Psicologia Clínica ética e comprometida com a transformação social.

## Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo alinhar a noção de cultura da Antropologia Simbólica com os fundamentos teóricos que embasam a ACT, integrando a compreensão de comportamento simbólico enquanto inerente a relações culturais. Ao apresentar como questões simbólicas podem aparecer na clínica, percebe-se que essas são melhor compreendidas dentro de um contexto sócio-histórico, daí a importância desse diálogo. Foi defendido que o conceito de símbolo para Geertz (1973/2005) é congruente com a área de Equivalência de Estímulos e da RFT (de Rose, 2016; de Rose & Bortoloti, 2007; Sidman & Tailby, 1982).

Ademais, foram demonstradas algumas compatibilidades encontradas entre as teorias, dentre elas a concepção do conceito de mente. Para Geertz (1973/2005), as atividades mentais seriam compostas em parte pela cultura, e a mente não seria um construto não-físico, mas compreendida em termos de comportamentos. Tal noção seria congruente com a descrição da Análise do Comportamento sobre os eventos encobertos (Tourinho, 2009), caracterizados como objeto importante do processo de análise clínica, como os pensamentos, sentimentos e emoções.

Visto a importância para a ACT da promoção de flexibilidade psicológica, percebe-se que intervir nesses comportamentos é intervir nas relações culturais. E que, para entender demandas associadas ao racismo, por exemplo, é preciso embasamento teórico sobre a questão, conhecimento esse que co-

labora para o diálogo do psicólogo clínico com as Ciências Sociais e Antropológicas.

No que diz respeito às limitações do artigo está a falta de estudos de caso reais que descrevam de maneira mais ampla e fidedigna a forma como as demandas culturais e simbólicas se desenrolam no *setting* clínico. Ademais, é preciso pontuar o reduzido número de referências na literatura sobre o diálogo da Análise do Comportamento e a Antropologia simbólica.

Recomenda-se para trabalhos futuros que sejam exploradas de forma mais específica questões sociais e simbólicas que são muito recorrentes na clínica, como homofobia, machismo, gordofobia, racismo, discriminação de classe, entre outras. Com isso, incentiva-se a comunicação com áreas dos saberes sociais, para uma compreensão mais abrangente e coerente da demanda de cada cliente, com exemplos empíricos de análise e intervenção em cada símbolo construído culturalmente.

## Referências

- Almeida, S. (2021). Racismo estrutural. *Bakhtiniana*, 16(3), 183-189. <https://doi.org/10.1590/2176-457349790>
- Anderj, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 203-217. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v2i2.69>
- Barbosa, L. M., & Murta, S. G. (2014). Terapia de aceitação e compromisso: História, fundamentos, modelo e evidências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(3), 34-49. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v16i3.711>
- Barros, R. S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 73-82.
- Baum, W. M. (2017). *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution* (3ª ed.). Blackwell Publishing.
- Catania, A. C. (2007). *Learning* (4th ed.). Sloan Publishing.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do comportamento*, 8(2), 147-158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais* (2ª ed). Edusc.
- Dandolini, A. D. O. V., & Ruiz, M. S. (2020). Mídia e gênero: Uma análise sobre o símbolo da globalização. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (64). <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/02/analise-simbolo-globeleza.html>
- de Carvalho Freitas, J. C., & de Moraes, A. O. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 27(1), 109-126. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274560588008>
- de Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo do significado. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 15(3), 83-102. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520165006>
- de Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 24(2), 201-220. <https://www.redalyc.org/journal/2745/274545739006/movil/>
- Devulsky, A. (2021). *Colorismo*. Jandaíra.
- Dinsmoor, J. A. (1995). Stimulus control: Part I. *The Behavior Analyst*, 18(1), 51-68. <https://doi.org/10.1007/BF03392691>
- Dougher, M. J., Twohig, M. P., & Madden, G. J. (2014). Basic and translational research on stimulus-stimulus relations [Editorial]. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 101(1), 1-9. <https://doi.org/10.1002/jeab.69>
- Fazzano, L. H. (2014). *Análise do fenômeno da homofobia: Identificando contingências envolvidas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2014/03/An%C3%A1lise-do-fen%C3%B4meno-da-homofobia-identificando-conting%C3%Aancias-envolvidas.pdf>
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 25(1), 1-12. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274560588008>

- Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 25(2), 265-280. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274551146008>
- Ferreira, T. A. S., Souza, C. C. S., Barreto, J. L. M., Pereira, L. K. S., Almeida, R. S., & Rocha, R. J. (2022). Princípios norteadores para uma prática clínica psicoterápica antirracista. *Acta Comportamentalia: Revista Latina De Análisis Del Comportamiento*, 30(4), 619-638. <https://revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/83979>
- Fischer, M. (1984). Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *Anuário Antropológico*, 8(1), 55-72. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7379750>.
- Geertz, C. (1957). Ritual and social change: A Javanese example. *American Anthropologist*, 59(1), 32-54. <https://doi.org/10.1525/aa.1957.59.1.02a00040>
- Geertz, C. (1980). Blurred genres: The refiguration of social thought. *The American Scholar*, 49(2), 165-179.
- Geertz, C. (2005). *A interpretação das culturas*. LTC. (Trabalho original publicado em 1973)
- Gouveia, D. M. (2018). *Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? A experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41752>
- Hayes, S. C. (1987). A contextual approach to therapeutic change. In N. Jacobson (Ed.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and behavioral perspective* (pp. 327-287). Guilford.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy and the new behavior therapies: Mindfulness, acceptance and relationship. In S. C. Hayes, V. M. Follette, & M. Linehan (Eds.), *Mindfulness and acceptance: Expanding the cognitive behavioral tradition* (pp. 1-29). The Guilford Press.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Plenum Press.
- Hayes, S. C., Luoma, J. B., Bond, F. W., Masuda, A., & Lillis, J. (2006). Acceptance and commitment therapy: Model, processes and outcomes. *Behaviour Research and Therapy*, 44(1), 1-25. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2005.06.006>
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and Commitment Therapy: An experiential approach to behavior change*. The Guilford Press.
- Hayes, S. C., Wilson, K. G., Gifford, E. V., Follette, V. M., & Strosahl, K. (1996). Experiential avoidance and behavioral disorders: A functional dimensional approach to diagnosis and treatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(6), 1152-1168. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.6.1152>
- Holland, J. G. (1974). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 1, 81-95. <https://doi.org/10.1177%2F003288557405400104>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Síntese de indicadores*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>
- Kohlenberg, R. J., Hayes, S. C., Tsai, M. (1993). Radical behavioral psychotherapy: Two contemporary examples. *Clinical Psychology Review*, 13(6), 579-592. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(93\)90047-P](https://doi.org/10.1016/0272-7358(93)90047-P)
- Laraia, R. B. (2001). *Cultura: Um conceito antropológico*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1986)
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hogrefe CETEPP.
- Laurenti, C., de Jesus, L. S., Nogueira, L. N., de Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 27(2),

- 251-268. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561104008>
- Leugi, G. B. (2012). *A perspectiva de uma antropologia behaviorista radical: Cultura, variação, seleção e transmissão* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4869>
- Mustafa, H., & Gaffikin, M. J. (2010). *On knowing accounting and the methodological position of Geertz*. Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference, Sydney, Australia. <https://ro.uow.edu.au/commpapers/1534/>
- Melo, C. M., & de Rose, J. C. C. (2013). The concept of culture in Skinnerian radical behaviorism debates and controversies. *European Journal of Behavior Analysis*, 14(2), 321-328. <https://doi.org/10.1080/15021149.2013.11434464>
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas analítico-comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Mizael, T. M. (2019). *Redução do preconceito racial: Uma investigação analítico-comportamental* [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12195>
- Mizael, T. M., Barrozo, S. C. V., & Hunziker, M. H. L. (2021). Solidão da mulher negra: Uma revisão da literatura. *Revista da ABPN*, 13(38), 212-239. <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2021.v13.n.38.p212-239>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, 25(3), 365-377. <https://www.redalyc.org/journal/2745/274552568005/html/>
- Pacheco, A. C. L. (2008). *"Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar": Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606620>
- Pagnotta, M. (2012). A atribuição de cultura a primatas não humanos: A controvérsia e a busca por uma abordagem sintética [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2012.tde-25072012-092135>
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): Principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 4(1), 33-51. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105>
- Shahan, T. A., & Chase, P. N. (2002). Novelty, stimulus control, and operant variability. *The Behavior Analyst*, 25(2), 175-190. <https://doi.org/10.1007/BF03392056>
- Silva, T. S., Flandoli, B. R. G. X., & Mizael, T. M. (2022). Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 371-385. <https://doi.org/10.18761/VEEM.0077.out21>
- Pontes, M., Marques, N. S., & Abreu, P. S. (2022). Análise funcional da norma técnica uniformizadora dos centros de referência da mulher. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, 30(2), 303-321. <http://revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/82676>
- Rocca, J. Z. (2012). *O conceito de símbolo em Sidman e Skinner: Uma análise epistemológica* [Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5979>
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Authors Cooperative.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22. <https://doi.org/10.1901/jeab.1982.37-5>
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. Appleton-Century.

- Skinner, B. F. (1957/1978). O comportamento verbal. *Cultrix*.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1957/1978). O comportamento verbal. *Cultrix*.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501–504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. D. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. Paradigma.
- Villatte, M., Villatte, J. L., & Hayes, S. C. (2015). *Mastering the clinical conversation: Language as intervention*. Guilford Press.
- Waelde, L. C., Pennington, D., Mahan, C., Mahan, R., Kabour, M., & Marquett, R. (2010). Psychometric properties of the Race-Related Events Scale. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 2(1), 4-11. <https://doi.org/10.1037/a0019018>
- Wilson, K. G., Strosahl, K. D., & Hayes, S. C. (2012). *Acceptance and commitment therapy: The process and practice of mindful change* (2nd ed.). The Guilford Press.
- White, B. (2007). Clifford Geertz: Singular genius of interpretive anthropology. *Development and Change*, 38(6), 1187-1208. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2007.00460.x>

### Histórico do Artigo

Recebido em: 31/08/2022

Aceito em: 16/11/2022

Editor Associado: Fernanda Brunkow